
**INDÚSTRIA MILITAR NACIONAL:
COMO E PARA QUÊ?**

INDÚSTRIA MILITAR NACIONAL: COMO E PARA QUÊ? ⁽¹⁾

1.ª PARTE

ASPECTOS GENÉRICOS

1. *Indústria militar: um conceito claro de contornos vagos.*
2. *As despesas militares, criadoras de um mercado que não pára de crescer.*
 - a) *Uma escalada fatídica.*
 - b) *As despesas militares e o mercado interno.*
3. *O comércio internacional de armamento.*
 - a) *Alguns dados sobre o mercado mundial.*
 - b) *A pedra basilar deste negócio.*
4. *A indústria militar: Um bem? Um mal?*

⁽¹⁾ Baseada na exposição verbal feita pelo autor, em 15 de Maio de 1980, no Instituto da Defesa Nacional, no CDN/80.

1. *INDÚSTRIA MILITAR: UM CONCEITO CLARO DE CONTORNOS VAGOS*

Este título parece um contra-senso: na realidade não o é.

De facto, uma indústria pode adjectivar-se de militar por duas razões essenciais. Em primeiro lugar, pela mera circunstância de pertencer à estrutura das forças armadas, quaisquer que sejam os artigos que produz. Pressupõe-se, desde logo, uma justa medida, pois a instituição militar não poderá — ou, pelo menos, não deverá — embrenhar-se no campo industrial sem um motivo muito forte.

Mas, ao invés, poderá também assim denominar-se em razão apenas dos artigos fabricados, quem quer que seja o seu proprietário. Igualmente terá de haver aqui um critério de bom-senso, pois nem tudo aquilo que as forças armadas adquirem no mercado permitirá dar um rótulo militar ao respectivo fabricante.

Em qualquer dos casos, a nota característica deverá ser, obviamente, o interesse particular e relevante que tais actividades representem para o bom funcionamento da estrutura militar ou, em termos mais gerais, para a defesa do País.

Porém, mesmo considerando apenas aquilo que se afigura mais tipicamente militar — o armamento ou o material de guerra, que, note-se bem, já de si não são expressões sinónimas — poderá facilmente verificar-se como tais classificações admitem, apesar de tudo, uma elasticidade insuspeitada.

E não é de estranhar que isso suceda, pois está aqui implícita, afinal, toda a problemática do que seja a guerra e a paz ou, se se preferir, da ampla zona cinzenta que cada vez mais esbate as suas fronteiras: quer em relação às situações que se vivem quer aos meios que se usam.

Na verdade — e desde sempre — o homem instintivamente é levado a utilizar tudo aquilo de que dispõe para defender-se ou para atacar. E nem os objectos aparentemente mais inofensivos fogem a esta regra nem os espíritos ostensivamente mais pacifistas resistem a esta tentação natural.

Alguns breves exemplos serão bem esclarecedores.

O próprio símbolo tradicional da paz não escapou a esta fatalidade. Com efeito, a pomba, que só metaforicamente é instrumento de paz, secularmente consagrado pelas referências bíblicas e trazido à vida política actual pelas pinturas de Picasso, pôde efectivamente ser usado como instrumento de guerra, e administrativamente tratado como tal, quando o homem se

lembrou de explorar militarmente a capacidade de voo e de orientação dos pombos-correios.

Isto levou, até, há uns 40 anos, um jovem oficial de engenharia, encarregado de preparar a recepção na sua Unidade a altas patentes militares, a surpreendê-las, dizendo-lhes que iriam comer material de guerra! Serviu, na verdade, pombos-correios dos pombais militares, que no nosso Exército estavam classificados como material de guerra. O caso foi autêntico: só ignoro se estes pombos não haverão sido prematuramente abatidos à carga!

Se tal facto tem apenas um valor simbólico e um carácter anedótico, já outro tanto não sucederá, por certo, com outros casos em que o armamento mais poderoso e mais mortífero está a um pequeníssimo passo — em técnica e em dinheiro — de actividades 100% civis, desenvolvidas por países que se proclamam acérrimos pacifistas.

É o que sucede, por exemplo, na União Indiana que, prudentemente, não havia aderido ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares e resolveu, em 1974, realizar a título experimental uma explosão subterrânea de um engenho nuclear, que ela oficialmente deu a conhecer sob a pudica classificação de «experiência de explosão nuclear pacífica». E fê-lo — segundo disse também ⁽²⁾ — gastando apenas meio milhão de US dólares (custo directo da preparação do plutónio e do local da explosão).

Há que concordar em que é barato e, também, como é tão fácil deslizar, quase insensivelmente, de um largo programa nuclear civil para o campo das armas atómicas.

Onde colocar, por consequência, a fronteira a partir da qual uma indústria começa já a ser militar?

Com estes dois exemplos quis-se precisamente salientar que não pode traçar-se «a priori» uma linha que sirva para todos os países e para todas as conjunturas: pois aquilo que dá característica militar a um artigo, em si inteiramente pacífico, é o uso que militarmente dele se faça ou deseje fazer. Portanto, quem traça, na realidade, esta fronteira, será muito mais a vontade e a imaginação dos homens que a natureza intrínseca das coisas.

Por outro lado, convém notar ainda que as preocupações de defesa quanto a abastecimentos estão muito longe de poder circunscrever-se ao que correntemente se chama material de guerra: há outros sectores que podem apresentar também os seus aspectos críticos.

⁽²⁾ «Les conséquences économiques et sociales de la course aux armements et des dépenses militaires» — Doc. ONU A/32/88/Rev. 1, pág. 12.

Quando do início da presente crise do Afeganistão, uma revista americana ⁽³⁾ enchia a sua capa com esta frase em grandes parangonas: «GRAIN AS A WEAPON». Ignoro, é facto, se tal «arma» haverá funcionado e merecido, portanto, esse nome.

Todavia, curiosamente, em livro bastante recente ⁽⁴⁾, Brezhnev dá ênfase ao mesmo tema, validando, por assim dizer, aquela mesma afirmação. Começa-o, precisamente, por acentuar a importância do trigo como «produto principal» e «critério de todos os valores», acrescentando: «Mesmo na nossa época de grandes progressos científicos e tecnológicos ele permaneceu a pedra base da vida das nações. O homem irrompeu para o espaço exterior, domesticou rios, mares e oceanos, extrai petróleo e gás das entranhas da terra, dominou a energia do átomo, *mas o trigo é sempre o trigo*». (Sublinhado nosso.)

Poderá referir-se, a este propósito, também o nosso próprio exemplo e em termos ainda mais explícitos. Na realidade, já nas reformas pombalinas e organizações militares do princípio do século XIX, a alimentação das tropas era mencionada por forma que a identificava inteiramente com o armamento. Era então oficialmente designada como «munições de boca». E os respectivos responsáveis tinham títulos curiosos e bem expressivos: Intendente Geral de Munições de Boca, Junta da Direcção-Geral das Munições de Boca do Exército, etc...

Com estas considerações pretende-se unicamente mostrar até onde, por vezes, se terão de estender as preocupações militares.

Não restam, porém, dúvidas de que, nestes domínios, as actividades industriais de mais caracterizado interesse militar se centram em torno daquilo que vulgarmente se designa por armamento. Este sector será, assim, naturalmente privilegiado no decorrer deste trabalho.

2. AS DESPESAS MILITARES, CRIADORAS DE UM MERCADO QUE NÃO PARA DE CRESCER.

a) *Uma escalada fatídica*

Observando o que se passa no Mundo, constata-se que apesar de o último decénio haver sido proclamado pela ONU «O Decénio do Desarmamento»; apesar de se tornarem cada vez mais evidentes as nefastas conse-

⁽³⁾ «Time», 21 de Janeiro de 1980.

⁽⁴⁾ Leonid Brezhnev — «The Virgin Lands» (Trad. inglesa), 1978.

quências da corrida aos armamentos e do crescimento assustador das despesas militares; apesar das declarações generosas de princípios, que sonoramente se multiplicam aos quatro ventos — *détente*, nova ordem internacional, direitos e deveres económicos dos Estados, etc... — algumas delas revestindo mesmo a forma solene de resoluções da mais alta instância internacional, às quais a generalidade dos países deu oficialmente a sua adesão; apesar de tudo isso — e contrariando tudo isso — o facto é que as despesas militares continuam a crescer.

E têm crescido substancialmente!

De facto, entre 1925 e 1975, pode estimar-se a seguinte evolução das despesas militares mundiais, em milhares de milhões de US dólares, conforma a figura 1 (5).

Conclui-se que, nos últimos 50 anos, essas despesas aumentaram 10 vezes, em termos reais, o que corresponde a um crescimento anual de cerca de 5%.

Poderá constatar-se também que, nos 30 anos posteriores à II Guerra Mundial, os encargos militares totalizaram cerca de 6 biliões (6) de dólares (preços de 1975), ou seja, quase tanto como o total do PNB do mundo inteiro em 1975 (7).

E em 1979, segundo certas estimativas (8), estas despesas — só para esse ano! — irão já na ordem dos 480 milhares de milhões de dólares (a preços correntes), o que significa qualquer coisa como 700 contos/segundo.

Para dar uma ideia aproximada do modo como elas se repartem pelos diversos países, poderão utilizar-se os dados fornecidos pelo SIPRI, respeitantes ao período de 1958 a 1975, constantes da figura 2 (9).

Verifica-se, assim, que a partir de 1968 há um ligeiro decréscimo no conjunto dos seis países com os maiores orçamentos militares (EEUU, URSS, China, França, Inglaterra e RF Alemã) e que o crescimento se acentua no grupo dos países em desenvolvimento: precisamente os mais frágeis no plano económico.

(5) Segundo SIPRI, «Armament and Disarmament in the Nuclear Age», pág. 57 (transcrito do Doc. ONU A/32/88/Rev. 1, pág. 27).

(6) Usa-se a terminologia oficial: 1 bilião = 10⁶ milhões.

(7) Doc. ONU A/32/88/Rev. 1, pág. 26.

(8) Declaração do Presidente da SIPRI, Rolf Bjoernstedt (na imprensa diária de 18 de Fevereiro de 1980).

(9) SIPRI, «Yearbook of World Armaments and Disarmament», 1977, anexo 7a (transcrito no doc. ONU já citado).

DESPESAS MILITARES MUNDIAIS 1925-1975

(Em milhares de milhões de US dólares, preços de 1970)

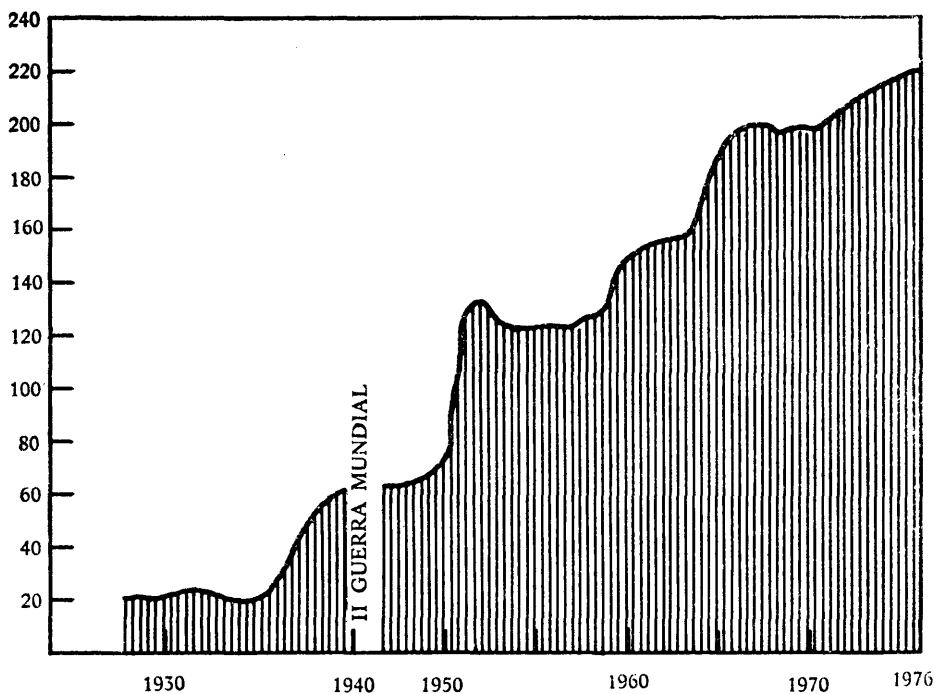


Figura 1

DESPESAS MILITARES, 1958-1976
TOTAL MUNDIAL E POR GRUPOS DE PAÍSES
(Em milhares de milhões de US dólares, preços de 1973)

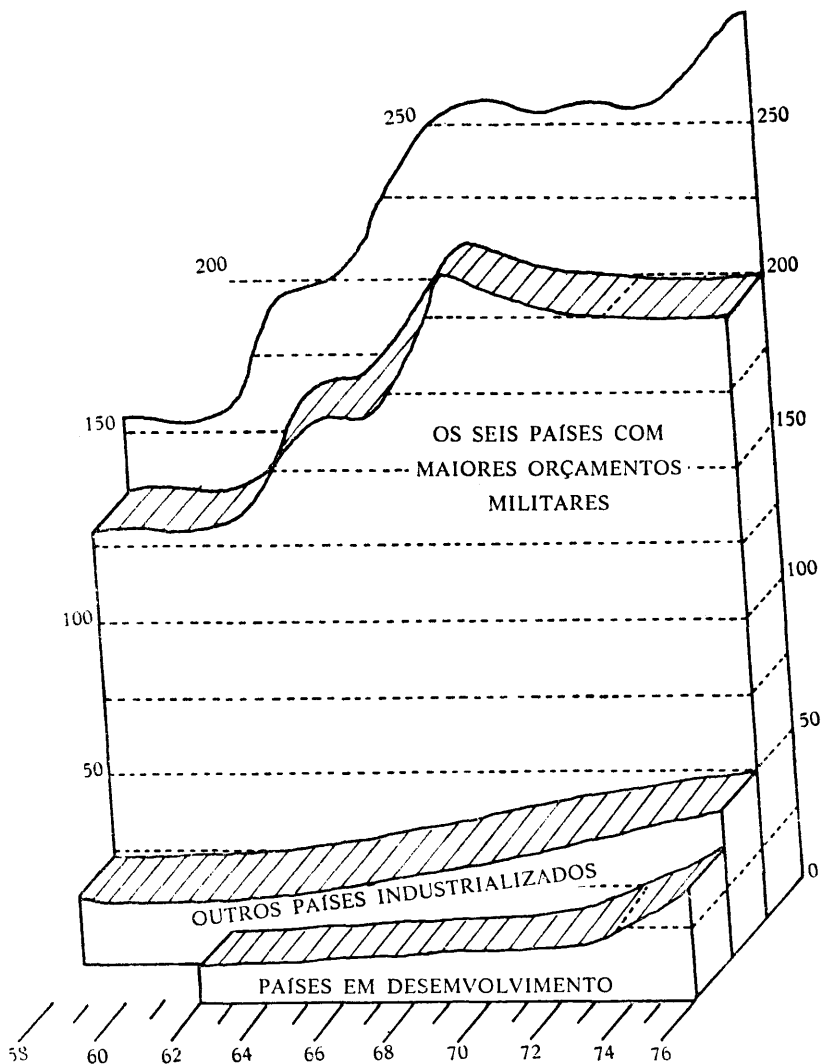


Figura 2

Como em muitas outras coisas, também aqui as realidades não favorecem os mais fracos.

b) As despesas militares e o mercado interno

É óbvio que as despesas militares, em si mesmas, são um fardo sempre pesado para qualquer economia.

Seria evidentemente preferível que a sociedade internacional se conseguisse organizar por forma que a segurança e a paz estivessem garantidas a todos, para que os homens não continuassem a consumir grande parte das suas energias em defender-se dos seus semelhantes.

Os insucessos nesta matéria talvez provenham apenas de uma causa muito simples, que bem acentua Toynbee⁽¹⁰⁾: o homem não haver ainda conseguido eliminar uma dolorosa fraqueza congénita, que o tem acompanhado através dos séculos — o facto de a sua cabeça ter sido sempre mais rápida a mover-se que o seu coração. A inteligência humana reconhece e afirma a superioridade da paz, arquitecta esquemas de segurança, afina conceitos de direito; mas, no íntimo da generalidade dos homens, os sentimentos dominantes não acompanharam essa evolução: prevalece o egoísmo, a cobiça feroz de honras e riquezas e a ambição de Poder, que não é somente a ânsia de glória, mas contém também uma pretensão de domínio sobre o seu semelhante. Estes sentimentos refinaram-se, é certo, com o evoluir da história, mas na essência são os mesmos: olhando os outros mais como meros instrumentos de prazer ou de bem-estar, do que como companheiros fraternos numa caminhada comum.

É que a paz não pode definir-se apenas como a ausência formal da guerra: terá de significar também liberdade, justiça e segurança, individuais e colectivas. Terá, pois, de basear-se, antes de mais, na consciência que cada um efectivamente possua dos seus deveres, como único alicerce sólido dos seus direitos.

Por outras palavras. A sociedade civilizou-se, é facto, espectacularmente: mas só por fora. O homem, no seu foro íntimo, não evoluiu em paralelo e continua ainda o grande «lobo do homem».

⁽¹⁰⁾ Arnold Toynbee — «O Desafio de Nosso Tempo» — Trad. Zahar, Edit. Rio de Janeiro, 1968, pág. 39 e seg.

Pareceram necessárias estas palavras para se não poder sequer supor que se defende esta corrida aos armamentos, esta escalada das despesas militares, ou que isso se considere salutar para qualquer economia. Porém, enquanto tais despesas se tornarem necessárias, há que analisar pragmaticamente a realidade em que tem de viver-se.

Para dar uma ideia da possível repercussão das despesas militares nas actividades económicas do próprio país, poderá referir-se o caso da Itália. Com um orçamento militar da ordem de 3% do seu PNB, 7 a 9% da população economicamente activa ocupa-se directamente na execução de encomendas passadas pelo Ministério da Defesa, não incluindo esta cifra os trabalhadores das indústrias de apoio⁽¹¹⁾.

Sendo a nossa população activa civil da ordem de 4 milhões⁽¹²⁾, aplicando critério semelhante, concluir-se-ia que as encomendas da defesa poderão vir a representar trabalho directo para umas 300 000 pessoas.

Este número será manifestamente excessivo em termos actuais, pois o nosso país não tem capacidade industrial comparável à da Itália para absorver internamente, em tal medida, as suas despesas militares. De qualquer maneira, fica uma ideia de quão vasta poderá ser, mesmo entre nós, a repercussão interna das despesas militares e de quanto se poderá ainda fazer neste domínio.

3. O COMÉRCIO INTERNACIONAL DE ARMAMENTO

a) *Alguns dados sobre o mercado mundial*

Para ter uma ideia do mercado potencial que, no campo do armamento, se oferece ao tráfico internacional, haverá que principiar por referir que os países económica e militarmente mais poderosos produzem, eles mesmos, quase tudo aquilo de que carecem, principalmente no que respeita ao material mais caro e sofisticado.

Retirando, pois, esta grande fatia e ainda outras mais pequenas, que correspondem aos fabricos próprios dos restantes países, ficará o que pode chamar-se «o mercado mundial de armamento», ou seja: o material efectivamente transaccionado entre os vários países.

⁽¹¹⁾ Resposta da Itália à nota verbal do Secretário-Geral da ONU. Doc. A/32/88/Rev. 1, pág. 32.

⁽¹²⁾ Dados de 1979, constante na Lei n.º 9/80.

A sua evolução, entre 1966 e 1975, está representada na figura 3 ⁽¹³⁾.

Constata-se que o respectivo volume de negócios anda pelos 10 mil milhões de dólares (isto é: pelos 500 milhões de contos) e tem revelado uma tendência crescente. Equivale, grosso modo, ao volume de vendas de uma grande multinacional.

Tal cifra representa, conforme se salientou já, apenas uma pequena parte — da ordem dos 10 a 15% ⁽¹⁴⁾ — do material militar produzido no mundo, pois 80% de todo ele é para consumo das seis grandes potências atrás mencionadas. Os outros países fabricam também qualquer coisa para si próprios. E só o resto — este pequeno resto de 10 000 milhões de US dólares! — é transaccionado entre os diversos países.

Ser-se-á, talvez, tentado a dizer que estas grandes cifras são ilusórias, porque se esquece o armamento nuclear e outro não convencional, a quem caberia a «parte de leão» neste enorme bolo.

Todavia, a realidade não é essa e o Relatório da ONU, já citado, é bem claro ao acentuar que «a parte principal das despesas militares mundiais é consagrada ao crescimento dos *stocks* de armas clássicas» ⁽¹⁵⁾.

Se se tiverem em conta outros encargos conexos às vendas de armamento (formação de pessoal, serviços e construção) haverá que adicionar uns 30%, podendo assim estimar-se em 13 000 milhões de US dólares o valor dos bens e serviços militares objecto de transacção internacional em 1975 ⁽¹⁶⁾.

Os grandes beneficiários deste amplo comércio de armamento são, como é previsível, as grandes potências económicas. E não só pelos substanciais proveitos materiais que auferem, como pela poderosa infra-estrutura técnica e científica que assim conseguem alimentar e desenvolver, a qual por seu turno lhes permite fortalecer cada vez mais o seu predomínio e o seu avanço, neste e noutros sectores.

Na realidade, esses países, no seu conjunto, são responsáveis pela quase totalidade das despesas em I&D militares [96 a 97% do total mundial para

⁽¹³⁾ «World Military Expenditures and Arms Transfers», 1966-1975, «United States Arms Control and Disarmament Agency», 1976, pág. 56. Doc. ONU citado — pág. 19.

⁽¹⁴⁾ Doc. ONU citado — pág. 17.

⁽¹⁵⁾ Doc. ONU citado — pág. 82.

⁽¹⁶⁾ Doc. ONU citado — pág. 15. Não se incluem nesta cifra bens de consumo militar, como alimentos, combustível e material médico, que podem ser usados para fins não militares.

VALOR ESTIMADO DAS TRANSFERÊNCIAS DE ARMAMENTOS
PARA TODOS OS PAÍSES

(1966-1975)

(Em milhares de milhões de US dólares, preços de 1975)

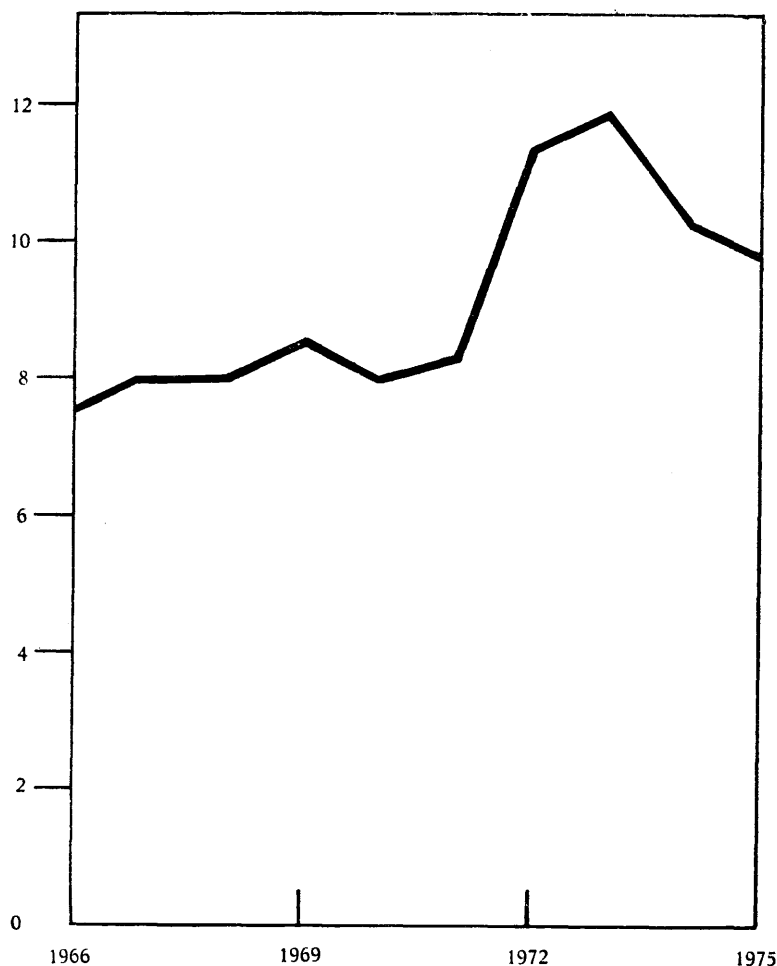


Figura 3

os anos 60⁽¹⁷⁾]; estão na origem de mais de 90% do total de exportações militares e, só por si, encarregam-se de exportar mais de 95% do armamento importante para os países em desenvolvimento.

A posição relativa dos principais exportadores de armamento, em 1977, haveria sido a que se representa na figura 4, segundo dados de uma revista da especialidade⁽¹⁸⁾.

Para tentar caracterizar de uma forma esquemática este mercado, poderá dizer-se⁽¹⁹⁾ que, em 1975, ele se dividia em três fatias mais ou menos iguais:

- $\frac{1}{3}$ respeitantes a transacções entre países industrializados;
- $\frac{1}{3}$, a exportações para países em desenvolvimento, exportadores de petróleo;
- $\frac{1}{3}$, para o conjunto dos outros países em desenvolvimento.

Entretanto, no decurso dos anos 70, a estrutura do mercado foi-se alterando profundamente, revelando a seguinte tendência⁽²⁰⁾:

- aumentam rapidamente as exportações para países em desenvolvimento e certos armamentos são já, em alguns casos, extremamente sofisticados;
- as transacções passam a fazer-se cada vez mais em condições comerciais ou «quase comerciais» (já muito menos ligadas a alianças militares ou alinhamentos políticos);
- persistem ainda compras importantes de material de ocasião ou excedentário, mas uma parte crescente do comércio de armas respeita aos modelos mais recentes.

Ou seja, em outros termos:

- é crescente a importância dada ao material novo e moderno;
- é crescente a autonomia dos países compradores;
- é consequentemente crescente, e cada vez mais viva, a concorrência entre os potenciais vendedores (preço e qualidade).

⁽¹⁷⁾ Doc. ONU citado — pág. 14 (Nota 18).

⁽¹⁸⁾ «Armies & Weapons», n.º 43, Maio de 1978.

⁽¹⁹⁾ «Arms Control Report», United States Arms Control and Disarmament Agency, Washington, Julho de 1976, pág. 47.

⁽²⁰⁾ Doc. ONU citado, pág. 16.

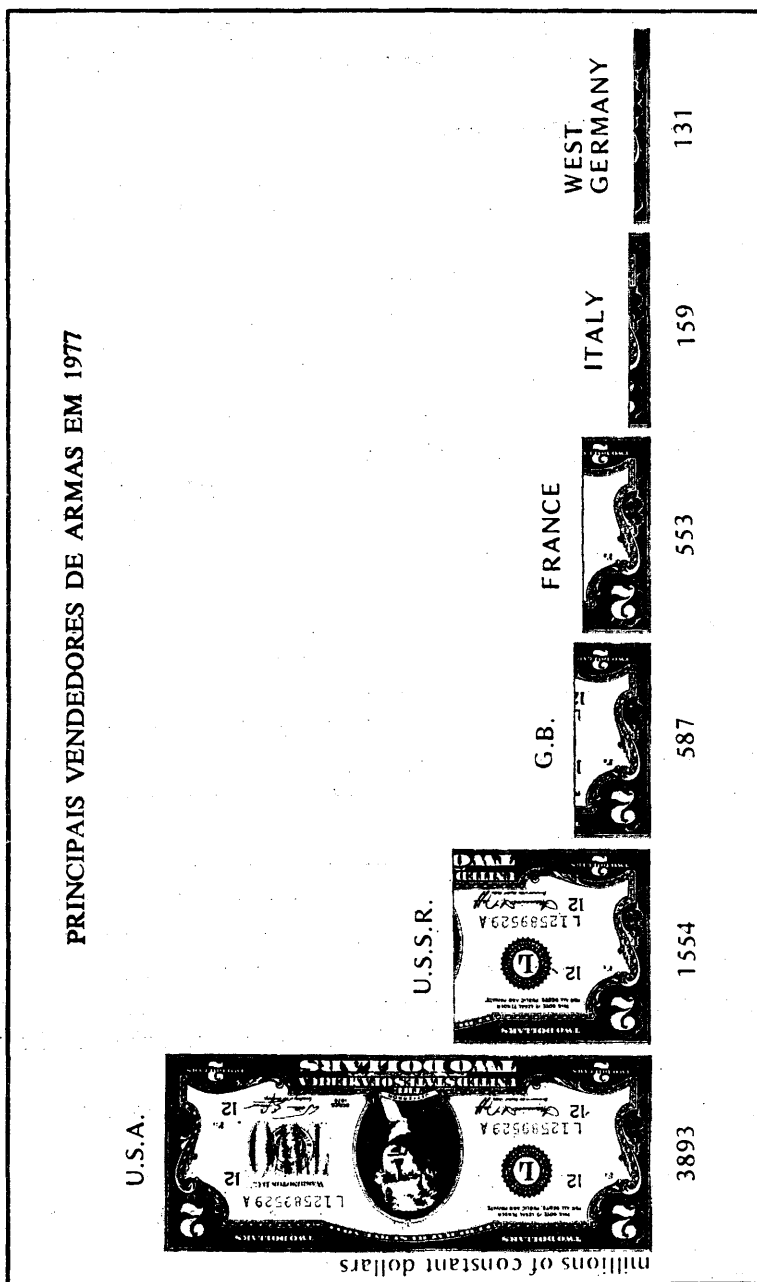


Figura 4

Podem vislumbrar-se já aqui algumas úteis pistas de reflexão para o equacionamento do que possa ou deva ser a indústria nacional ligada ao sector.

b) A pedra basilar deste negócio

Porquê as grandes potências já citadas são, nisto como em muitas coisas mais, quem dita a lei e a moda e extrai os mais chorudos lucros deste vasto comércio?

Sem dúvida que o seu poder político, com todos os meios de pressão que ele faculta, lhes dará trunfos que os pequenos não possuem. Mas o seu maior «segredo», muito mais do que nisto, parece estar num simples facto já atrás também salientado: serem esses países que realizam, praticamente, todas as despesas de I&D relacionadas com o sector.

De facto, as crescentes exigências operacionais; a extrema susceptibilidade dos modernos (e cada vez mais complexos) sistemas de forças perante melhorias qualitativas do equipamento do potencial adversário; a ânsia constante de modernização, de ter a última palavra, que, em certa medida, reflecte neste sector o pendor consumista das sociedades modernas; a própria e natural competição entre os fabricantes, que são organizações industriais muito poderosas e tecnicamente avançadas; tudo faz com que a I&D assuma neste domínio um relevo extraordinário.

Na verdade ⁽²¹⁾, estima-se que 40% dos créditos afectos à I&D depois da II Guerra Mundial foram utilizados no domínio militar e que haja uns 400 000 engenheiros e especialistas científicos a trabalharem em projectos militares (dados de 1977).

Tudo isto mostra como a indústria de armamento — em qualquer género que se considere e ainda que com maior relevância nuns casos que noutros — terá de estar normalmente associada a uma forte componente de I&D. Sem isso poderão, é facto, talvez conseguir-se ainda alguns bons negócios de ocasião, em momentos particulares e mercados marginais: mas não se terá com certeza uma indústria que possa sobreviver muito tempo na concorrência internacional.

Também aqui parece haver úteis elementos de reflexão para o nosso caso.

Uma outra conclusão se pode extrair ainda. Posto que os exportadores incluem evidentemente tais custos no preço dos seus artigos, quando

⁽²¹⁾ Doc. ONU citado, pág. 49.

um país descuidadamente os importa está, afinal, a subvencionar em larga medida a investigação e desenvolvimento nos países de origem, com todas as consequências que isso implica.

É óbvio que assim sucede também com os outros artigos, mesmo que não sejam militares: simplesmente neste caso a tal «factura extra» é particularmente pesada, porque a componente I&D é anormalmente grande.

Por esta via, os países que, já de si, estão atrasados, ajudarão a perpetuar o avanço tecnológico dos principais exportadores e a respectiva capacidade de inovação.

E não só isso. Os países importadores — sem se darem talvez conta e, com certeza, contrariamente ao que desejariam — estão a contribuir indirectamente para acelerar o envelhecimento do seu próprio arsenal.

Não quer isto dizer, é evidente, que não deverá importar-se material de guerra e todo ele, portanto, haja de estudar-se e fabricar-se no país: seria totalmente inviável. Pretende-se apenas chamar a atenção para os elevados custos resultantes de se descurar este problema ou, por outras palavras, de se subvalorizar o esforço intelectual no balanço das potencialidades de uma nação.

4. A INDÚSTRIA MILITAR: UM BEM? UM MAL?

Também aqui, como em muitas outras coisas, a virtude não está nos extremos: nem naqueles que consideram que o desenvolvimento do seu armamento e da correspondente indústria deverá ser a preocupação suprema dos Estados, nem dos que a estigmatizam como se fosse um pecado social.

Falar dos extremos terá, assim, interesse na medida em que ajude a melhor definir o adequado meio-termo.

Para caracterizar o pensamento dos que afirmam que a perfeição do seu armamento é o expoente máximo não só do poder de um Estado, como também do nível de civilização de um povo, poderá recorrer-se a um ilustre escritor militar português dos finais do séc. XIX (General Sebastião Teles).

Como ainda hoje é evidente, reconhecia ele então que «as necessidades da guerra foram sempre uma poderosa causa de desenvolvimento industrial, e a própria guerra uma aplicação constante de todos esses desenvolvimentos» (22).

(22) Sebastião Teles, «Introdução ao Estudo dos Conhecimentos Militares», Lisboa, Imprensa Nacional, 1887, pág. 378.

Isto não é ainda um juízo de mérito: é unicamente a constatação de uma realidade.

Porém, citando Gustave Le Bon, refere estas passagens expressivas ⁽²³⁾:

«Os progressos da civilização tendem unicamente a tornar as guerras cada vez mais curtas por causa do seu carácter cada vez mais destrutivo, e da complexidade dos interesses que a ellas estão ligados.»

«Por mais longe que procurarmos na história dos seres humanos, vê-se a guerra ter sido sempre uma das suas principais occupaões, e à medida que a civilização progrediu, a destruição do homem pelos seus semelhantes tem constantemente seguido uma evolução paralela. Poder-se-ia mesmo,..., medir o desenvolvimento da civilização de um povo pela perfeição do seu armamento militar, isto é, pela facilidade com a qual pode matar o maior número de indivíduos em um dado espaço de tempo.

É uma verdade incontestavelmente provada pela história, e contra a qual as pueris declamações dos philantropos, dos optimistas e dos sonhadores da paz perpétua, não podem prevalecer.»

Esta posição é particularmente significativa do estado de espírito daquela época, por provir de um homem que na sua juventude vivera a guerra (franco-prussiana) na função humanitária de médico e, portanto, naturalmente mais afastado de predisposições belicistas. Mas ele viveu, ao mesmo tempo, duas outras realidades: o preço tão pesado e tão amargo que a França teve de pagar por se ter deixado iludir acerca dos seus recursos militares e, também, como Bismark não precisou sequer de razões para desencadear o ataque quando muito bem lhe aprouve — um telegrama que ele próprio adulterou foi pretexto suficiente.

A ser assim, a prioridade ao armamento e à correspondente indústria seria não apenas uma necessidade de sobrevivência dos Estados, como, simultaneamente, um sintoma da sua civilização e do seu progresso.

É evidente que hoje ninguém defenderá tal conclusão e, mesmo os Super-Grandes, dizem armar-se a contragosto. Mas haverá igualmente que ter certo cuidado com o extremo contrário, por mais respeitáveis que possam ser as intenções dos seus defensores.

⁽²³⁾ Op. cit., pág. 373.

Nesse outro extremo situam-se os que são pacifistas por paixão ideológica, por cálculo político e, até, por simples ingenuidade. Mesmo que ultrapasse o razoável, esta posição tem sempre o atractivo da natural simpatia que todos sentem pelo cordeiro indefeso da fábula. Só se esquece, com demasiada frequência, de acentuar o seu fim trágico, como lição para os imprudentes.

Nesta zona, mas num campo já muito mais marcado pelo pragmatismo, situam-se os que são pacifistas por dever de ofício — digamos assim — porque dimanam da instituição que existe precisamente para manter a paz e a segurança internacional.

Ainda que, como regra, sejam muito parcos no diagnóstico das reais causas de insegurança, há que reconhecer-lhes o grande mérito das suas chamadas de atenção, independentemente de algum toque de exagero calculado ou de certa dose de utopia, para que o quadro que traçam ganhe o vigor de uma caricatura e a sedução de um sonho.

Os seus trabalhos têm, sem sombra de dúvida, o enorme merecimento de ir tentando criar um clima favorável à paz, uma melhor consciência pública acerca dos errados caminhos que se estão seguindo e podem constituir uma forma salutar de pressão sobre os Governos para que se progrida nos acordos razoáveis sobre desarmamento e limitação de gastos militares.

Simplemente, esta «pressão» variará muito consoante o peso da opinião pública em cada regime político. Por consequência, até estes nobres esforços poderão ser, a seu modo, uma arma, através da qual os regimes menos dependentes da opinião poderão exercer, por esta via, maiores pressões sobre os adversários do que aquelas que efectivamente eles próprios terão de suportar. É uma trágica ironia, bem reveladora de quão complexa é a defesa de um país no mundo em que vivemos!

D aqui, talvez, o relativo insucesso destes esforços, tão louváveis em si mesmos.

É disto exemplo o Grupo de Peritos encarregado pela ONU de se debruçar sobre «as consequências económicas e sociais da corrida aos armamentos e das despesas militares», o qual, num seu relatório recente, considera o afã em embrenhar-se no fabrico de armamentos e em se deixar arrastar na corrida aos armamentos como o grande responsável pelas injustiças que ainda existem e por sua culpa se acentuam no Mundo; como o grande culpado de se não resolverem os angustiosos problemas da fome, da doença e do ensino.

E acrescenta ⁽²⁴⁾:

«A corrida aos armamentos desperdiça recursos, desvia a economia dos seus objectivos humanitários, entrava os esforços nacionais de desenvolvimento e ameaça os processos de democratização, mas *a sua característica mais importante é que ela mina de facto a segurança nacional, regional e internacional.*» (Sublinhado nosso.)

Conclusão com o seu quê de paradoxal, no sentido também daquelas frases que por vezes se dizem sem total convicção, mais com o propósito de alertar os interlocutores pelo chocante da afirmação.

Impressionou-os com certeza, e com razão, que nos 24 anos posteriores à II Guerra Mundial tenha havido 97 situações de guerra, das quais uma dezena merece ser considerada como importante ⁽²⁵⁾.

Residirá, porém, a culpa na indústria militar, que fomentará guerras como actividade normal do seu *marketing*? Ou, na realidade, a causa estará noutro lado?

É facto que aquilo que é uso agora chamar-se o «complexo militar-industrial» poderá ter culpas sérias no agravar de muitas tensões no plano social e político, como, aliás, as têm muitos outros centros de poder económico (e não só). É por demais evidente que, como regra, eles se preocupam muitíssimo mais em servir os interesses ou, até, os caprichos de alguns homens que o bem geral da sociedade.

Mas talvez, vistas bem as coisas, se concluísse que seria injusto — e nem sequer seria pedagógico — lançar sobre a indústria de armamento culpas que não são suas, posto que, apesar de tudo isso, as guerras não se fazem porque ela existe: ela só existe, e infelizmente prospera, porque os homens não desistiram ainda de usar a violência para conseguir os seus fins.

Portanto, enquanto as coisas assim se passarem; enquanto a segurança internacional for sobretudo um anseio e não uma realidade; enquanto os estados tiverem de dispor de forças armadas; parece evidente que a existência de uma indústria militar, desenvolvida até ao nível consentido pelas condições do país, será um simples corolário do imperativo da sua defesa.

⁽²⁴⁾ Doc. ONU citado, pág. 62.

⁽²⁵⁾ I. Kende. «Local Wars in Asia, Africa and Latin America», 1945-1969, «Studies on Developing Countries», n.º 60, Budapest (1972). Op. ONU citada, pág. 64.

Defesa esta entendida numa perspectiva não só estritamente militar, como também económica.

Não se pretende, de modo algum, uma autarquia. Muito longe disso. Apenas reduzir a servidão técnica, que também tem preço e nem por revestir formas menos violentas que a opressão física é menos degradante.

A indústria militar portuguesa — do Estado e particular — é, por consequência, um campo merecedor de reflexão, muito em especial nesta conjuntura à qual ela também terá de se adequar.

Nas suas tradições já seculares poderão certamente colher-se alguns ensinamentos e na sua realidade actual poderão detectar-se algumas potencialidades para bem servir o País.

Setembro de 1980.

Filipe Themudo Barata

Coronel engenheiro